

SEXTA PARTE  
DIREITO DOS CONTRATOS

<b>CAPÍTULO 35 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DOS CONTRATOS .....</b>	<b>18</b>
1. OS CONTRATOS DO EMPRESÁRIO .....	19
2. A GLOBALIZAÇÃO E O DIREITO CONTRATUAL .....	21
3. EVOLUÇÃO DO DIREITO CONTRATUAL .....	22
3.1. A Lei das Partes .....	23
3.2. A Liberdade que Escraviza .....	25
3.3. Os Iguais e os Desiguais.....	28
4. OS CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	31
4.1. Princípio da autonomia da vontade.....	33
4.2. Princípio da vinculação dos contratantes ao contrato ....	34
4.3. Princípio da proteção do contratante dependente.....	36
4.4. Princípio da eficácia dos usos e costumes .....	37
4.5. Princípio da supletividade.....	38
5. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS .....	38
6. CONTRATOS EMPRESARIAIS E A LIVRE CONCORRÊNCIA .....	42
<b>CAPÍTULO 36 – O COMÉRCIO ELETRÔNICO .....</b>	<b>46</b>
1. INTRODUÇÃO.....	47
2. COMÉRCIO NA INTERNET.....	49
3. O CONTRATO ELETRÔNICO .....	51
4. O COMÉRCIO ELETRÔNICO E AS RELAÇÕES DE CONSUMO... ..	55
4.1. Requisitos Jurídicos do <i>Website</i> .....	55
4.2. Publicidade nos Estabelecimentos Virtuais .....	57
4.3. Direito de Arrependimento.....	58
5. O COMÉRCIO ELETRÔNICO E AS RELAÇÕES INTEREMPRESA- RIAS.....	61
<b>CAPÍTULO 37 – COMPRA E VENDA MERCANTIL.....</b>	<b>64</b>
1. INTRODUÇÃO.....	65
2. ELEMENTOS DO CONTRATO .....	67

3.	FORMAÇÃO DO CONTRATO .....	71
4.	OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR.....	74
5.	OBRIGAÇÕES DO COMPRADOR.....	77
6.	CONTRATO DE FORNECIMENTO.....	78
7.	COMPRA E VENDA NO COMÉRCIO EXTERIOR.....	81
7.1.	Câmbio.....	83
7.2.	Custos de Tradição: INCOTERMS.....	84
8.	COMPRA E VENDA DE EMPRESAS .....	89
8.1.	Fase Preliminar .....	91
8.2.	Fase da Auditoria.....	92
8.3.	Fase Negocial .....	94
8.4.	Fechamento .....	95
<b>CAPÍTULO 38 – CONTRATOS DE COLABORAÇÃO .....</b>		<b>98</b>
1.	INTRODUÇÃO.....	99
2.	PROTEÇÃO DO INVESTIMENTO DO COLABORADOR.....	102
3.	COLABORAÇÃO POR INTERMEDIÇÃO.....	105
3.1.	Distribuição-Intermediação.....	105
3.2.	Concessão Mercantil.....	110
4.	COLABORAÇÃO POR APROXIMAÇÃO.....	114
4.1.	Mandato e Comissão Mercantil.....	115
4.2.	Representação Comercial Autônoma.....	116
4.2.1.	Natureza e Requisitos do Contrato .....	117
4.2.2.	Indenização do Representante .....	120
4.3.	Agência .....	123
4.4.	Distribuição-Aproximação.....	125
<b>CAPÍTULO 39 – CONTRATOS BANCÁRIOS.....</b>		<b>126</b>
1.	INTRODUÇÃO.....	127
2.	DEPÓSITO BANCÁRIO.....	129
3.	MÚTUO BANCÁRIO .....	131
4.	OUTROS CONTRATOS BANCÁRIOS .....	135
4.1.	Aplicação Financeira: os Fundos.....	135
4.2.	Desconto Bancário .....	136
4.3.	Crédito Documentário .....	137
4.4.	Vendor.....	138
4.5.	Garantias Bancárias .....	139

5.	CONTRATOS BANCÁRIOS IMPRÓPRIOS.....	140
5.1.	Fomento Mercantil ( <i>Factoring</i> ).....	141
5.2.	Arrendamento Mercantil ( <i>Leasing</i> ).....	143
5.3.	Alienação Fiduciária em Garantia .....	145
<b>CAPÍTULO 40 – O SEGURO .....</b>		<b>150</b>
1.	INTRODUÇÃO.....	151
2.	O CONTRATO DE SEGURO .....	153
3.	ESPÉCIES DE SEGURO.....	155
4.	SEGUROS EMPRESARIAIS .....	157
5.	RESSEGURO.....	160
<b>CAPÍTULO 41 – OUTROS CONTRATOS EMPRESARIAIS.....</b>		<b>162</b>
1.	INTRODUÇÃO.....	163
2.	CONTRATOS RELACIONADOS À LOGÍSTICA.....	163
2.1.	Transporte de Carga .....	164
2.2.	Transporte Multimodal de Carga .....	166
2.3.	Fretamento.....	166
2.3.1.	Afretamento a casco nu (BCP) .....	169
2.3.2.	Afretamento por tempo (TCP).....	170
2.3.3.	Afretamento por viagem (VCP) .....	171
2.4.	Armazenagem.....	172
3.	AGENCIAMENTO DE PUBLICIDADE.....	173
4.	INCUBAÇÃO DE EMPRESAS ( <i>START UP</i> ) .....	175
<b>CAPÍTULO 42 – O EMPRESÁRIO E A RELAÇÃO DE CONSUMO .....</b>		<b>178</b>
1.	INTRODUÇÃO: A RELAÇÃO DE CONSUMO.....	179
2.	A APLICAÇÃO DO CDC AOS CONTRATOS ENTRE EMPRESÁRIOS.....	181
2.1.	O Empresário como Consumidor .....	182
2.2.	O Empresário como Contratante Vulnerável .....	186
3.	OS ENTES DESPERSONALIZADOS NA RELAÇÃO DE CONSUMO .....	189
<b>CAPÍTULO 43 – A TUTELA CONTRATUAL DOS CONSUMIDORES .....</b>		<b>192</b>
1.	CONTRATO DE CONSUMO .....	193
2.	PRINCÍPIOS DA TUTELA CONTRATUAL DOS CONSUMIDORES .....	194
2.1.	Princípio da Transparência e o Direito à Informação.....	194
2.1.1.	Transparência nas cláusulas contratuais .....	195
2.1.2.	Transparência na concessão de crédito.....	197
2.2.	Princípio da Irrenunciabilidade de Direitos e a Autonomia da Vontade ...	200

2.3.	Princípio do Equilíbrio Contratual e a Vulnerabilidade do Consumidor ...	202
2.4.	Cláusulas Abusivas.....	204
3.	FORMAÇÃO DO CONTRATO DE CONSUMO.....	206
3.1.	Dever de Contratar.....	206
3.2.	Caráter Vinculativo da Publicidade.....	208
4.	INSTRUMENTO CONTRATUAL (CONDIÇÕES GERAIS DE NEGÓCIO E CONTRATO DE ADESÃO) .....	210
4.1.	Interpretação Favorável aos Consumidores .....	211
4.2.	Prevalência das Cláusulas Pactuadas Individualmente .....	213

## SÉTIMA PARTE

## DIREITO DAS EMPRESAS EM CRISE

<b>CAPÍTULO 44 – A EMPRESA EM CRISE.....</b>	<b>218</b>
1. INTRODUÇÃO.....	219
2. SOLUÇÃO DE MERCADO E RECUPERAÇÃO DA EMPRESA .....	221
3. A REFORMA DO DIREITO FALIMENTAR.....	223
4. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À CRISE NA EMPRESA .....	225
4.1. Princípio da inerência do risco.....	225
4.2. Princípio do impacto social da crise da empresa .....	226
4.3. Princípio da transparência nos processos de falência e recuperação judicial .....	228
4.4. Princípio do tratamento paritário dos credores do falido.....	228
5. OBSERVAÇÃO .....	228
<b>CAPÍTULO 45 – A INSTAURAÇÃO DA FALÊNCIA .....</b>	<b>230</b>
1. PRESSUPOSTOS DA FALÊNCIA .....	231
1.1. Devedor Sujeito a Falência.....	235
1.2. Insolvência .....	238
1.2.1. Impontualidade injustificada.....	239
1.2.2. Execução frustrada.....	241
1.2.3. Atos de falência .....	242
2. PEDIDO DE FALÊNCIA.....	244
2.1. Sujeito Ativo.....	244
2.2. Competência e Universalidade do Juízo Falimentar .....	246
2.3. Rito.....	249
2.4. Ministério Público no Pedido de Falência.....	251

3.	SENTENÇA DECLARATÓRIA DA FALÊNCIA .....	251
3.1.	Conteúdo e Publicidade.....	252
3.2.	Recursos .....	254
4.	A DENEGAÇÃO DA FALÊNCIA.....	255
5.	A ADMINISTRAÇÃO DA FALÊNCIA.....	256
5.1.	Administrador Judicial.....	257
5.2.	Assembleia dos Credores .....	262
5.3.	Comitê.....	263
<b>CAPÍTULO 46 – EFEITOS DA FALÊNCIA .....</b>		<b>266</b>
1.	DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE FALIDA .....	267
2.	SÓCIOS DA SOCIEDADE FALIDA.....	269
3.	O PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE FALIDA.....	271
4.	OS ATOS DA SOCIEDADE FALIDA.....	276
4.1.	Ineficácia dos Atos da Falida .....	278
4.2.	Ação Revocatória.....	281
5.	OS CONTRATOS DA SOCIEDADE FALIDA .....	282
5.1.	Contratos em Espécie .....	285
5.1.1.	Compra e venda mercantil – falência do comprador.....	285
5.1.2.	Compra e venda mercantil – falência do vendedor .....	287
5.1.3.	Reserva de domínio .....	287
5.1.4.	Compra e venda a termo .....	287
5.1.5.	Compromisso de compra e venda .....	288
5.1.6.	Locação empresarial .....	288
5.1.7.	Conta-Corrente .....	290
5.1.8.	Contratos de consumo .....	290
5.1.9.	Alienação fiduciária em garantia.....	291
5.1.10.	Contratos em moeda estrangeira .....	291
5.1.11.	Contrato de câmbio .....	292
5.1.12.	Depósito em armazém-geral .....	293
5.1.13.	Contratos de trabalho.....	294
5.1.14.	Contratos administrativos .....	295
5.1.15.	Contrato de compensação e liquidação.....	295
5.1.16.	Patrimônio de afetação.....	296
5.1.17.	Compensação.....	296
5.2.	Prescrição das Obrigações da Falida .....	297

6.	OS CREDORES DA SOCIEDADE FALIDA .....	298
6.1.	Credores Admitidos.....	298
6.2.	Efeitos da Falência em Relação aos Credores.....	300
6.2.1.	Massa falida.....	300
6.2.2.	Execuções individuais.....	301
6.2.3.	Equalização dos créditos.....	302
6.2.4.	Credor fiscal .....	303
6.3.	Classificação dos Credores.....	304
<b>CAPÍTULO 47 – PROCESSO DA FALÊNCIA.....</b>		<b>306</b>
1.	INTRODUÇÃO.....	307
2.	FASE DE CONHECIMENTO .....	308
2.1.	Pedidos de Restituição .....	309
2.1.1.	A restituição do “caput” do art. 85 .....	311
2.1.2.	A restituição do parágrafo único do art. 85 .....	312
2.1.3.	A restituição de adiantamento ao exportador.....	314
2.1.4.	A restituição do art. 136.....	315
2.1.5.	Rito.....	316
2.2.	A Verificação de Crédito.....	317
3.	A LIQUIDAÇÃO.....	321
3.1.	Venda dos Bens.....	322
3.1.1.	Venda ordinária .....	323
3.1.2.	Venda extraordinária.....	327
3.1.3.	Venda sumária .....	329
3.1.4.	A questão da sucessão .....	330
3.1.5.	Impugnação à venda.....	331
3.1.6.	Prevalência da celeridade .....	332
3.1.7.	Insucesso da venda .....	333
3.2.	Cobrança dos Devedores .....	334
3.3.	Os Pagamentos na Falência .....	335
3.3.1.	Credores da massa .....	336
3.3.2.	Restituições em dinheiro .....	338
3.3.3.	Credores da sociedade falida .....	340
3.3.3.1.	Empregados e equiparados.....	341
3.3.3.2.	Credores com garantia real.....	343

3.3.3.3. Fisco .....	345
3.3.3.4. Credores sujeitos a rateio .....	347
3.3.3.5. Credores subquirografários.....	349
3.3.3.6. Juros e correção monetária.....	351
3.3.4. Sócios ou acionistas .....	352
4. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA.....	353
5. FALÊNCIA TRANSNACIONAL.....	353
5.1. Princípio da plena liberdade de forma.....	356
5.2. Reconhecimento de processo estrangeiro.....	358
<b>CAPÍTULO 48 – RECUPERAÇÃO DA EMPRESA.....</b>	<b>360</b>
1. INTRODUÇÃO.....	361
1.1. Viabilidade da Empresa.....	362
1.2. Meios de Recuperação da Empresa .....	365
1.3. Credores sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial.....	371
2. ÓRGÃOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	372
2.1. Assembleia dos Credores .....	373
2.1.1. Participantes da Assembleia dos Credores .....	374
2.1.2. Instâncias da Assembleia dos Credores.....	376
2.1.3. Quóruns de deliberação.....	377
2.1.4. Termo de Adesão .....	379
2.1.5. Suspensão da Assembleia.....	380
2.2. Comitê.....	381
2.3. Administrador Judicial.....	384
3. PROCESSO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	386
3.1. Fase Postulatória .....	386
3.1.1. Sujeito ativo .....	387
3.1.2. Petição inicial .....	389
3.1.3. Despacho de processamento e seus efeitos.....	394
3.1.4. Execução movida por credor não sujeito .....	396
3.2. Verificação dos Créditos.....	397
3.3. Plano de Recuperação Judicial .....	398
3.4. Plano de recuperação elaborado por credor .....	402
3.5. Concessão da Recuperação Judicial .....	405
3.6. Execução do Plano.....	407

3.7.	Encerramento da Recuperação Judicial .....	408
3.8.	Recuperação Judicial de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte....	409
3.9.	Convoção em Falência .....	411
4.	RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL .....	412
4.1.	Homologação Facultativa.....	414
4.2.	Homologação Obrigatória .....	416
4.3.	Credores na Recuperação Extrajudicial .....	418
4.4.	Adesão de credores à Recuperação Extrajudicial .....	419
5.	RECUPERAÇÃO DO PRODUTOR RURAL .....	420
6.	<i>DEBTOR-IN-POSSESSION</i> .....	423
6.1.	Alienação de bens do devedor .....	423
6.2.	Venda de bens do ativo não circulante e sucessão .....	425
6.3.	Financiamento da recuperação judicial.....	425
6.4.	Responsabilidade dos credores interferentes .....	426
6.5.	Afastamento dos administradores .....	427
7.	CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO.....	428
7.1.	Conciliação ou mediação com inexigibilidade das obrigações .....	430
7.2.	Homologação judicial do acordo na conciliação ou mediação .....	431
8.	RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE GRUPO DE EMPRESAS .....	432
<b>CAPÍTULO 49 – A FALÊNCIA DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL .....</b>		<b>436</b>
1.	INTRODUÇÃO.....	437
2.	PESSOA E BENS DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL FALIDO .....	438
3.	REABILITAÇÃO DO FALIDO.....	440
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>		<b>444</b>